

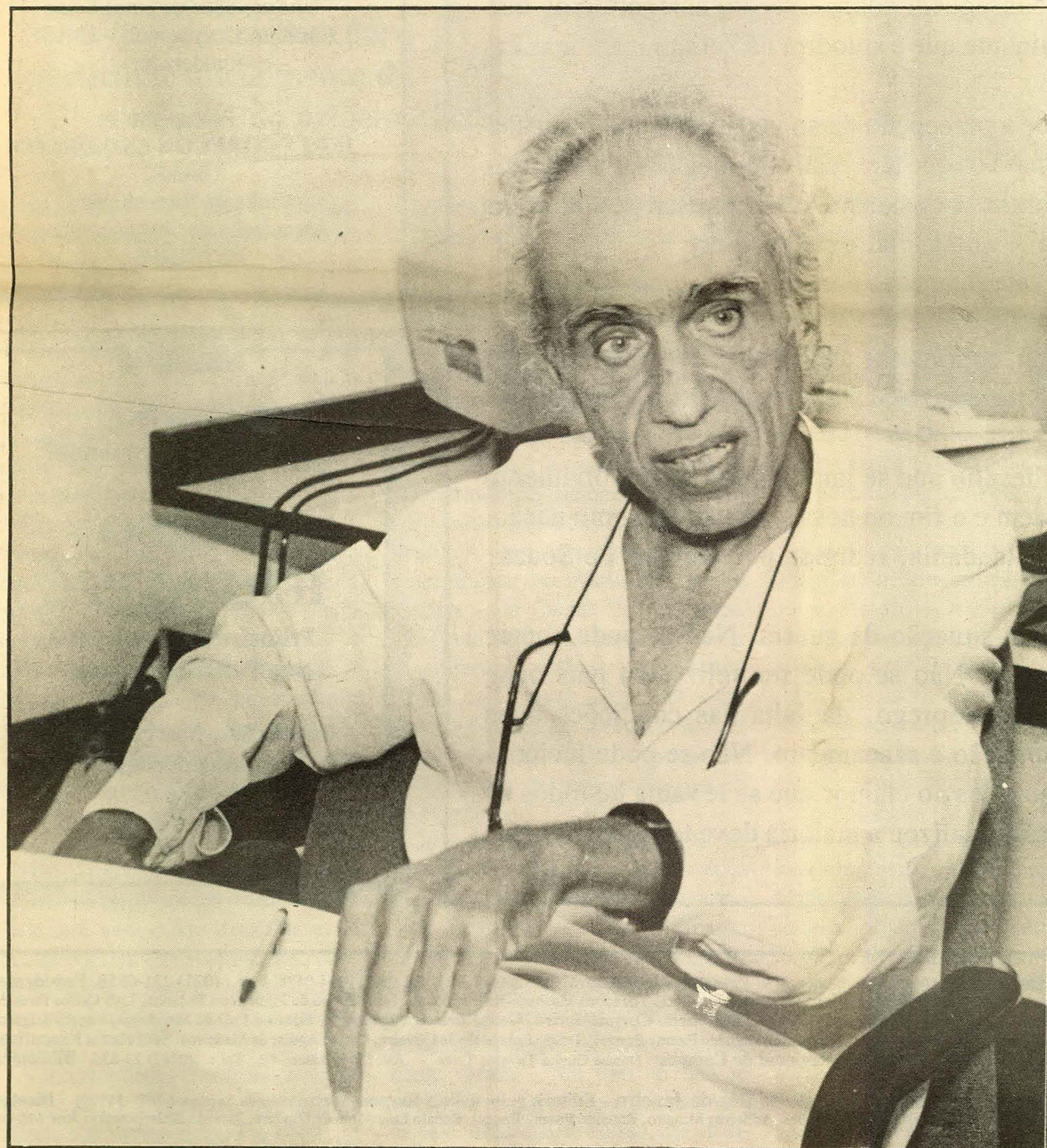
I N F O R M E CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia · 1ª Região do Rio de Janeiro · nº 46 · fevereiro · 1993

"Num país de miseráveis não existe democracia"

Herbert de Souza, o Betinho, é uma das personalidades que lideram movimento nacional para tirar 60 milhões de brasileiros da miséria. Em entrevista ao Informe CORECON, ele fala sobre os rumos dessa campanha, que será desencadeada a partir de 8 de março

Páginas 3, 4 e 5



**Conceição e
Buzanovsky
assumem IERJ
e CORECON**

Páginas 6 e 7

**Camargo propõe
salário-educação
para baixa renda**

Páginas 10 e 11

A questão social, tônica deste informe, (embora sempre estivesse presente nos empolgados discursos de campanha) foi tradicionalmente tratada pelo governo como uma peça acessória perdida num emaranhado de questões e prioridades jamais esclarecidas.

A falta de cuidado quanto aos aspectos sociais das políticas públicas levaram o país a um quadro de incertezas e turbulências que jamais foram tão patentes.

Vivemos uma crise sócio-econômica sem precedentes, próximos do colapso e com cerca de 60 milhões de pessoas em absoluta miséria. Não nos re ferimos aqui apenas à *miséria visual* divulgada pela mídia, mas àquela real, situada em regiões abandonadas pelos meios de comunicação, *zone gris* do Brasil que desconhecemos e que cada vez mais distancia-se do mundo civilizado.

A pobreza urbana, a desnutrição, o desemprego generalizado e outros tantos fenômenos traumáticos confrontam e antagonizam o país moderno, industrial, hi-tec.

A tradicional disputa entre ricos e pobres, fortes e fracos, dá lugar à crueldade do conflito entre os que conseguem sobreviver dignamente e os que apenas subsistem. Há uma guerra iminente que explodirá não em ogivas, mas em hordas de barbárie e miséria.

Está nítido que, se não houver a percepção da sociedade de que nos cabe a tarefa de diminuir a distância que separa os que têm renda dos que foram expulsos do mercado, dando-lhes condições mínimas de consumo e bem estar, entraremos num contexto de desagregação social e numa síndrome de caos.

Não se espera que tal objetivo seja alcançado por medidas "compensatórias" de políticas econômicas de estabilização.

Torna-se necessária uma ação consistente na direção de uma reforma estrutural que garanta a retomada dos investimentos em infra-estrutura e programas sociais.

Este é o dilema dramático, o desafio que se impõe: ou o desenvolvimento abrangente, não seletivo, ou a desordem e o fim de nossa existência como nação.

Citando a Carta da Ação da Cidadania, redigida por Herbert de Souza, podemos afirmar:

"Não se pode viver em paz em situação de guerra. Não se pode comer tranquilo em meio à fome generalizada. Não se pode ser feliz num país onde milhões se batem no desespero do desemprego, da falta das condições mais elementares de saúde, educação, habitação e saneamento. Não se pode fechar a porta da consciência, nem tapar os ouvidos ao clamor que se levanta de todos os lados. A insanidade de um país que marginalizou a maioria deve terminar agora."

PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO: uma perspectiva internacional

auditório do
Clube de Engenharia
Avenida Rio Branco, nº 124, 20º andar
4 de março, 5ª feira, às 18 horas

Participação de:
Peter Loeshe
Universidade de Goettingen
(comparação entre os sistemas
alemão e norte-americano)
Ezra Suleiman
Universidade de Princeton
(sistema francês)
Renato Lessa - IUPERJ
Pedro Celso Uchôa Cavalcante
Universidade de Saint Louis
Cândido Grzybowski - IBASE
(moderador)

Promoção:
IERJ / CORECON / SINDECON
IBASE,
Clube de Engenharia,
Associação dos Funcionários
do BNDES,

CURSO

Você vai fazer
Mestrado em Economia?

CURSO IERJ/ANPEC

Primeiro lugar em 1992
com 90% de aprovação

Inscrições: Março de 1993
Informações:
tel.: 224-0578

CORECON/ Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/ 19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054 - 900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Vice-Presidente:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselheiros Efetivos:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Sidney Pascounto da Rocha, José Roberto Correia Soeiro. **Conselheiros Suplentes:** Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Alexandre Baptista Freire, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária Ângela Peixoto.

INFORME CORECON / Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT -14109). **Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge.

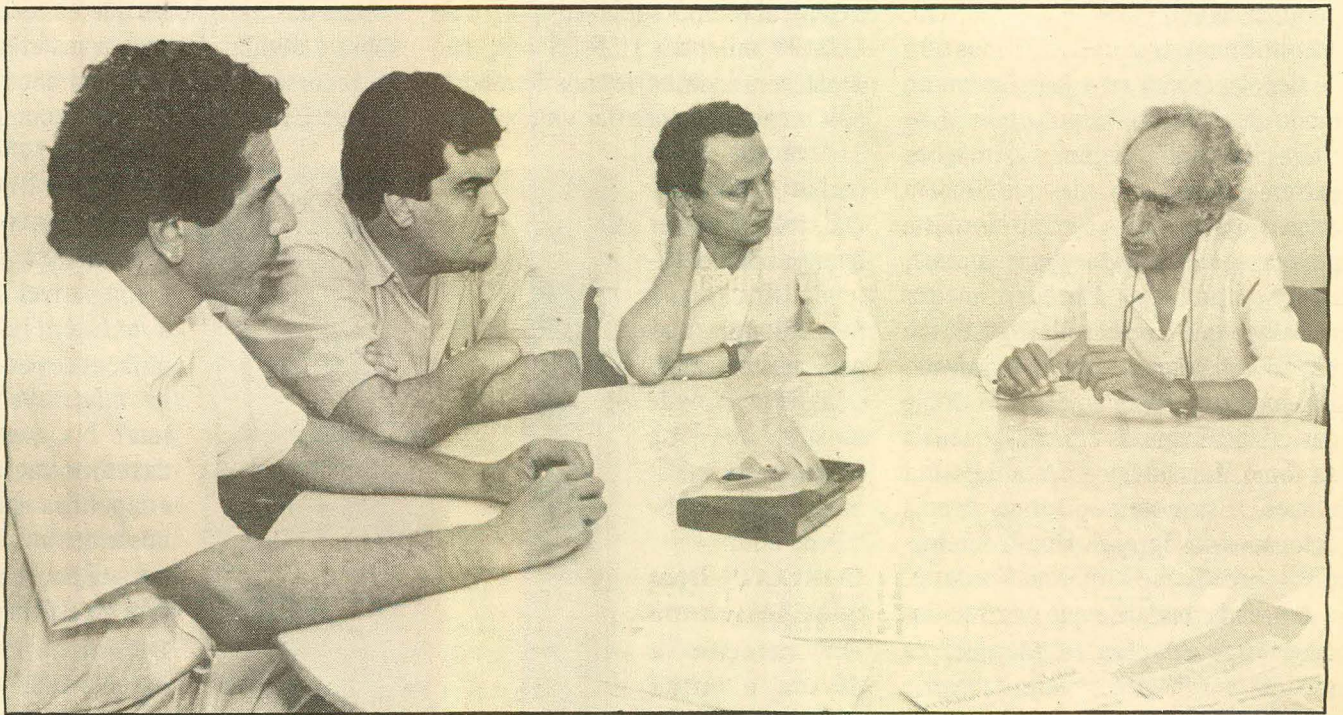
Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda.: Tel.: (021)262-7076. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Luiz Bello. **Fotografia:** Wânia Corredo. **Fotolito e Impressão:** Monitor Mercantil. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal.

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Pelo fim da miséria

No início de fevereiro, foi entregue ao presidente Itamar Franco um plano de combate à fome. A proposta faz parte de um amplo movimento para erradicar a miséria no país.

O CORECON ouviu o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que presenciou a entrega do plano e recebeu convite - recusado - para participar oficialmente da condução do projeto.



Luiz Antônio Elias, Adhemar Mineiro e Ronaldo Rangel entrevistam Herbert de Souza.

CORECON - O que têm em comum o "Movimento pela ética na política" e a "Ação da cidadania contra a miséria"?

Betinho - Antes do Impeachment, o movimento pela ética na política se reuniu na CNBB, para discutir o que nós poderíamos fazer diante do que estava ocorrendo no país, e como nos confrontaríamos com a onda neo-liberal.

Éramos cerca de 35 entidades e eu formulei uma proposta dizendo que a democracia é incompatível com a política econômica que estava sendo colocada, e com seus resultados: a recessão, o desemprego, a miséria. A partir daí, resolvemos desenvolver uma proposta mais global. Mas a questão central continuou sendo esta: há uma política econômica neo-liberal que vai nos levar a uma situação de desastre social, econômico e político.

Não dá pra falar em sociedade democrática diante de um quadro de miséria. Esta tese vem sendo discutida e, se aceita, o movimento pela ética na política passou a assumir a questão do combate à miséria como a sua questão central.

Várias entidades vinculadas ao plano do Lula, o Plano de Segurança Alimentar, como a CUT e o PT, já vinham participando do movimento

pela ética na política. Então, na verdade, há uma espécie de convergência de visões e idéias que agora estão concentradas em cima do combate à miséria.

Em termos de calendário, nossa idéia é articular um movimento, chamado "Ação da cidadania contra a miséria e pela vida", incluindo também toda a questão dos direitos humanos e da violência. Isso seria feito através de uma articulação nacional e da criação de comitês em todas as cidades do Brasil. A idéia é de horizontalizar e descentralizar este movimento. Nestes comitês - em Caxias, Nova Iguaçu, São Paulo, etc. - se tentaria identificar as situações concretas de miséria, dando cara, nome, cpf para estas situações e tomando atitudes concretas contra elas. Esperamos desencadear todo este movimento a partir do dia 8 de março.

Do ponto de vista político, o que nós analisamos é que a questão da ética pegou o neo-liberalismo na contramão. Enquanto o neo-liberalismo falava de mercado, nós falávamos de valores éticos. E a discussão acabou sendo travada num campo diferente do que os neo-liberais queriam. "O presidente mentiu", foi dito. E não se queria saber qual era a política econômica dele. Independente disso, um presidente da república não pode mentir. E

não só mentiu: roubou. Por isso, o confronto acabou se dando no campo dos valores. Nós achamos que agora, na luta contra a miséria e a fome, pode haver um confronto no campo ético também, mas em relação às prioridades, às opções políticas. A luta contra a miséria é uma forma de interpelar a realidade brasileira do princípio ao fim: estado e a sociedade; as políticas públicas e as políticas particulares; as ações de todos os atores.

Então eu vejo isso como uma grande interpelação. Se eu me encontrasse com o Paulo Hadad e ele viesse me falar do seu plano econômico, eu iria querer, primeiro, que me dissesse, antes de entrar nos méritos do plano, se este plano tem como prioridade erradicar a miséria, ou não. Se ele disser que não, não vou gostar do plano.

A proposta levada pelo Lula pede que seja criada uma secretaria especial, interministerial, diretamente vinculada à Presidência da República, para realizar aqueles objetivos concretos. Desta forma, são amarradas em torno da questão da fome uma série de mudanças que são estratégicas. E o fato de o Itamar dizer que topa isso significa que ele assinou um cheque para ser cobrado. E agora, o ministro da Agricultura não pode ignorar isso.

A questão envolve um problema meio

tabu: a questão das Forças Armadas, que, até recentemente, eram como um ator em busca de uma peça. As Forças Armadas descobriram - pelo menos a parte mais inteligente delas - que não têm inimigos. E como sobreviver sem inimigos? Elas não são organizadas para a paz, mas para a guerra. Elas se recusam a ser polícia ou agentes de combate ao narcotráfico - o que eu acho ótimo, apesar de todas as pressões - e foram lá se oferecer para atuar no combate à miséria, o que eu também acho bom. Uma coisa é você militarizar a política de combate à fome - o que seria ruim - , mas outra coisa é você usar cerca de 180 mil pessoas, que são funcionários públicos, são agentes do poder público, que podem prestar um serviço ao país, através de tarefas muito concretas e muito civis, que seriam a distribuição de alimentos, contatos com as diversas comunidades, capacidade de comunicação via terra, mar e ar, com toda a infra-estrutura e gente para isso. E as Forças Armadas ainda gozam de um certo conceito junto à população, não estão destruídas pela corrupção, como as Polícias Militar e Civil.

Devemos ter um cuidado muito grande para não banalizar este tema. E a forma de se fazer isso seria não se deixar afrouxar, em nenhum momento,

a visão do caráter trágico desse quadro social. Durante muitos anos, as análises que nós fazíamos eram de que no Brasil existem, fundamentalmente, duas classes - os ricos e os pobres. O problema do desenvolvimento no Brasil era como resolver o problema da pobreza, como gerar empregos, etc. As reformas estruturais, dos anos 60 e de depois, eram reformas, eram um modo de melhorar aquilo que já se tinha. Existiam algumas situações extremas de miséria, mas que também eram conjunturais. A seca no Nordeste gerava fome, mas acabada a seca, acabava o problema. Um dos primeiros trabalhos que fizemos no IBASE, em 82, 83, foi sobre a seca no Nordeste. Fizemos um levantamento do nome das crianças mortas em consequência da fome. Levantamos cerca de 4 mil nomes. Estes nomes foram depois colocados nas Igrejas. Houve seminários sobre a seca e a fome no Nordeste.

A grande mudança que ocorreu dos anos 70 e 80 para cá foi que, de repente, surgiu uma terceira categoria social, que é a do miserável. É o sem-terra, sem-casa, sem comida, sem-escola, é o sem. Esta categoria comparece na realidade brasileira aos milhões, e não mais aos milhares.

Há algum tempo estávamos percebendo sintomas inquietantes. Nos perguntávamos sobre a população de rua, que é um indicador dramático. A Fundação Leão XIII afirma que há 10 mil pessoas que vivem nas ruas do Rio de Janeiro. Nós contamos 800 crianças vivendo nestas ruas. E quando você pega os dados econômicos e sociais de renda e salário no conjunto do país chega a números muito alarmantes: 15 ou 20 milhões de pessoas estão recebendo até metade de um salário mínimo. Isso aí é uma definição de miséria absoluta. Estas pessoas devem se encontrar sem condições de qualquer coisa.

O número de miseráveis cresce rapidamente. Os pobres passam da fronteira da pobreza para a miséria. Os ricos ficam mais ricos. Os níveis de concentração de riqueza são assustadores.

Um país tem condições de sobreviver a uma evolução dessa? O Brasil tem um nível altíssimo de resignação social, que a miséria e a pobreza só pioram. A idéia de desagregação do tecido social, da idéia de nação e de sociedade não é uma possibilidade: é um fato, que já está ocorrendo. Só que a sociedade fica discutindo isso sob

outras formas, como a violência, a pena de morte, a inflação... A própria inflação pode ser explicada sob esta ótica. A economia formal pouco se importa com os pobres e miseráveis. Ela está formando preços para que categoria? É para os que têm algo. Se a General Motors subir seus preços de US\$ 20 mil para US\$ 25 mil, não acontecerá nada, em termos de vendas, pois o cara que pode dar vinte poderá dar até 40... e os outros estão fora. Daí, inclusive, ser interessante o debate do fusca, não pela nostalgia, mas por estar colocando dúvidas em cima de um problema que é o fato de esta indústria ser uma indústria de elite.

CORECON-Duas questões: uma em relação à dívida e outra sobre a uma visão mais recente do Congresso. Há um Brasil político e concreto que, por exemplo, acabou de votar uma lei de reforma agrária que, na prática, inviabiliza uma das propostas que está no plano de combate à fome, que é a extensão da reforma agrária. De um lado se fala de miséria e por outro o Brasil segue como um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. Como é que se pensa esta política concreta? Como o plano poderá reverter este tipo de prioridades?

Betinho - Estas contradições são uma espécie de confronto. E alguém vai perder. O governo Itamar precisa ser empurrado e colocado contra a parede, até para realizar aquilo que ele disse que quer fazer. O Brasil está hoje numa situação em que todos os atores estão indo para praça pública articular suas pressões. Achei extremamente curioso o ato de ontem (N.R.: 11/02/92), o ato dos empresários e traba-

lhadores contra o IPMF, que reuniu 1200 pessoas num auditório em São Paulo). É inaudito você pôr numa mesma platéia empresários de todos os tipos, os líderes sindicais de todos os tipos, etc. Só faltou o movimento pela ética na política, que não foi lá.

Uma das indagações que eu tenho é sobre a dívida. A nossa transferência de recursos nestes últimos anos foi brutal. Este ano, nós vamos cumprir

as metas? Vão quantos bilhões de dólares para o exterior? Isto é compatível com a existência de milhões de pessoas na miséria absoluta? Na questão da reforma agrária e da política agrária nós temos um erro, um engano histórico de estratégia.

Deixamos que, durante todo este tempo, a questão da terra fosse reduzida à questão fundiária. E na questão fundiária, à questão do título de propriedade. Ora, se existe algo de "bíblico", para a humanidade e para o capitalismo, é a propriedade. As pessoas estão dispostas a morrer por isso. E não é à toa que, toda a vez que se atravessa a cerca, tem morto na entrada. A única estatística correta de mortes que nós

temos é a das mortes no campo.

Como é que a gente poderá abrir a questão da reforma agrária para todos os campos, todas as direções? Como ligar com a questão urbana, com as empresas, com a tecnologia, com a questão alimentar, com a cultura, etc? Se não se sai do gueto, se está cercado. Eu não vejo futuro se não se for cortando as cercas teóricas e políticas deste problema.

CORECON - Um programa como esse exige que se passe a ter no Congresso propostas de modificação do orçamento para a Agricultura.

Então, como fica a questão do fisiologismo? E como seria a implementação de um programa como esse, no curto prazo? E, ainda, como se dará o embate na sociedade, representada da maneira que nós conhecemos pelo Congresso?

Betinho - A gente aprendeu, ao longo do tempo, como o Congresso funciona, e como ele pode funcionar. O impeachment nos revelou tanto sobre o Collor quanto sobre o Congresso. O Congresso não age, fundamentalmente, em função das suas definições internas, assim como os deputados não votam em função das suas posições partidárias. Há um jogo muito mais complexo. O Congresso é uma espécie de cavalo, que não pode andar com a rédea solta. E a rédea do Congresso está nas mãos da sociedade.

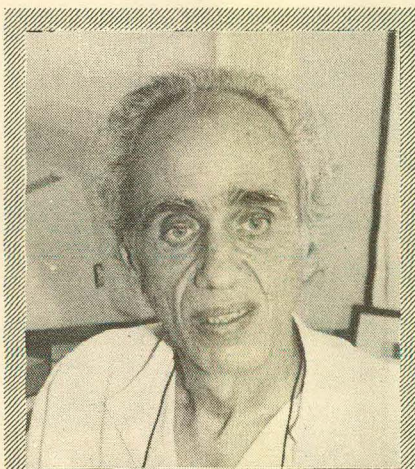
Eu analiso a questão do Congresso, tanto em relação a essas questões quanto em relação ao Presidencialismo e ao Parlamentarismo, sob esta ótica: aqui existe uma dialética complexa e contraditória entre sociedade e Congresso. E cabe à sociedade estar permanentemente em cima do Congresso. Ele nasceu para ser "apertado", não nasceu para ser deixado livre. E não se trata de intervenção. Alguns deputados costumam dizer: "Nós não aceitamos interferências". Como? Congresso que não aceita interferências é Congresso facista.

Sendo assim, a decisão política de se fazer um programa desses tem que vir acompanhada da decisão política de se fazer todas as pressões necessárias para que ele ocorra. Sem isso, o que vai prevalecer será o fisiologismo.

CORECON - Você acha que, aí, o envolvimento da sociedade organizada é que será fundamental para a implementação do plano?

Betinho - Absolutamente fundamental. Se você me dissesse: "Este é um plano governamental com dotação orçamentária, e uma burocracia competente e honesta para facilitar...", ele fracassava. Mesmo dadas as condições ótimas neste campo, se ele não for um plano que esteja sendo puxado pela sociedade, eu, sinceramente, não vejo saída. Seria um vídeo-tape dos diferentes projetos de salvação nacional, feitos por diferentes governos, em diferentes épocas.

Sabe-se que o governo tem recursos, que ele pode colocar ou não, segundo a vontade política dele. Aliás, uma das coisas mais incríveis que se tem neste país, quando você faz um convênio



"O Brasil tem um nível altíssimo de resignação que a miséria e a pobreza só pioram".

com o estado, é receber. E quando se recebe, já é um terço do que foi pedido. O sistema de distribuição no Brasil é altamente oligopolizado e baseado no desperdício. Neste sistema, o governo detém armas poderosas, que são os estoques, os armazéns, etc. Todo mundo fica cheio de dedos para mexer nestes estoques, e quando vai mexer, o feijão já está podre. Ora, se houver uma decisão política real do governo, com a sociedade em cima... Se, no momento em que você for buscar este feijão, com caminhões do Exército - que, eu acho, pra isso, servem - e estiver acompanhado da mídia, da imprensa, será diferente. Agora, se for um ato da "comissão de abastecimento de não-sei-que" que passa pelo "protocolo de não-sei-onde", aí entra o senador e já pede uns dez sacos pro seu reduto eleitoral, entra outro e pede também, e acaba que a comida não chega nunca onde deveria ir.

CORECON - Aqui cabe uma pequena análise: o programa do governo será estabelecido segundo determinadas metas, que serão controladas pelas comunidades. Haverá um conselho nas comunidades tomando determinadas decisões. Com as coisas funcionando assim, talvez não acontecesse o que você descreveu agora..

Betinho - É. Este é o plano Solidariedade. Pelo que eu vi deste plano, embora sem muitos detalhes, o mérito é que ele se centra sobre uma questão concreta e articula a ação governamental com a ação comunitária, coisa que não é comum na cultura mexicana.

CORECON - O plano do México veio acoplado à implementação de um programa de ajustes. Você ativa o neo-liberalismo no atacado e, no varejo, você oferece ajustes. São compensações, não é?

Betinho - Sim. Este talvez seja o pecado original do plano. Ele é compensatório, no péssimo sentido da palavra. Eu diria até mesmo que, um plano como esse, no México, é um plano de segurança nacional. Do tipo americano. É aquele negócio: com três mil quilômetros de fronteiras, quanto mais se aprofundar a miséria no México, mais problemas de imigração vão existir nos Estados Unidos. Nós não temos fronteira com os Estados Unidos. Aqui tem que haver uma opção clara: ou nós vamos fazer reajustes, custe o que custar, e aprofundar a miséria - e aí será melhor nos prepararmos para uma guerra social - ou então se dá um basta nisso.

CORECON - Vamos voltar para a questão mais geral. Como é que se imagina levar este programa para o setor privado, numa sociedade politicamente maltrapilha como a nossa?

Betinho - Há duas formas de atrair o setor privado: através das chamadas entidades nacionais de classe, ou em cima de situações concretas e localizadas. Vou dar um exemplo: em Brasília há uma experiência

extremamente interessante que é uma articulação entre empresários, uma entidade que produz sopa e a população carente. É uma coisa triangular. A relação entre os empresários e quem toma sopa não tem nenhum intermediário, além da entidade que faz a sopa... Através desta atividade os empresários obtêm deduções de impostos. Distribuem, há mais de um ano, 23 mil pratos de sopa por dia. Cada prato de sopa sai a 7 centavos de dólar. Eu acho que a questão do lado empresarial se dá a partir da abertura de um leque de possibilidades.

CORECON - Você acredita que a sociedade organizada é capaz de fazer essa superação de cooperação..

Betinho - ..e de criar essas situações. Eu acredito nas possibilidades deste tipo de participação.

Agora, uma outra questão. Os dados que temos sobre miséria são dados muito agregados, muito estatísticos. Fala-se em cifras da ordem dos milhões, etc, mas não se tem a geografia, a dimensão humana disso aí. Aonde estão, como são, quem são? Há muita gente passando fome em Caxias. O D. Mauro (Moreli) tem programas de distribuição de alimentos lá, e atende a cerca de 200 crianças. Um programa que até já foi ajudado pelo Jutahy, que, no fim ano passado deu Cr\$ 500 milhões.

E como é que se faz este levantamento? Não dá pra fazer por IBOPE. Se este movimento, este projeto, fosse capaz de desafiar os jornais a fazerem esta pesquisa, ela seria feita em 24 horas. A vantagem da participação da imprensa no plano emergencial é que ela trabalha no curto prazo. Imagine se o dr. Roberto - que é o deus mítico do Brasil contemporâneo - chegasse e dissesse: "Toda força a isso aí."

Dá a pouco o Brasil só estaria falando nisso.

CORECON - Você acha que o empresariado brasileiro embarca nessa? Pois há um problema: isto é um pouco conflitante com o neo-liberalismo. E apesar de o empresariado ter feito o seu "mea-culpa" por ter eleito o Collor, não o fez em relação ao neo-liberalismo.

Betinho - Eu sou muito descrente com o chamado mundo empresarial brasileiro. Os nossos capitalistas são piores que os outros. É um capitalismo arrogante, frio, racista. É a cara de nossa classe dominante. O Collor não é tão f.d.p. assim, no sentido de que ele teve pai e mãe. Ele nasceu dessa elite.

Por isso eu sou muito descrente da capacidade de mudanças culturais e qualitativas do empresariado brasileiro a curto prazo. Nós precisamos de centenas de Emersons Kapazes, e só temos um. Precisamos de menos incapazes, menos Amatos.

No mundo militar, as lideranças foram renovadas. A liderança empresarial não foi. E isso é extremamente sério. Você ter que convencer alguém de que, se ele não quer viver num bunker com toda a sua família, ou mudar-se para Paris, ele tem que olhar para o país em que ele está trabalhando..

Eles não entendem, acham que não têm que se preocupar com isso, acham que, se a Rocinha descer, o exército deve meter bala... Eles são muito cowboys. E vão para a Europa, ou Estados Unidos e ficam encantados com o fato de que ninguém joga papel na rua - a expressão da cidadania do primeiro mundo. E lá eles não jogam um papelzinho na rua, mas quando chegam aqui, já começam do aeroporto a jogar lixo, papel... Isso aqui é zona, para eles.

Eu já estive com vários representantes de empresários que eu chamaria de "novos". Por que tem a geração "crocodilos" e tem os "novos", que têm outra visão, mas são minoria.

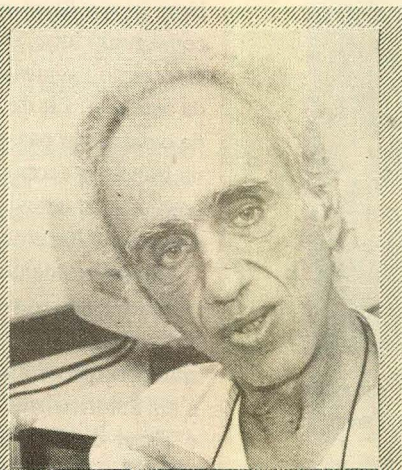
CORECON - Quem você citaria como "novos" empresários?

Betinho - Emerson Kapaz, Emerson Kapaz. Não, você tem o Oded, tem o Sérgio, no Rio... Todo o PNBE, que tem uma bela turma... Isso seria um papel para os economistas. Reciclar os empresários. Chamar os empresários para discutir. **CORECON - Mas o que o movimento pela ética está organizando? O governo está montando este grupo de trabalho para tratar de economia. Há a possibilidade da organização de uma secretaria para tratar do tema. O que se pretende fazer?**

Betinho - Primeiro: no dia 8 de março, vamos reunir cerca de 25 representações nacionais - CUT, OAB, CONTAG, Conselho Federal de Economia, Associação Brasileira das ONGs, etc, para traçarmos a estratégia de rua. Nossa idéia é de criar um secretariado articulador, que não será a direção, porque este movimento não pode ter uma direção. Não iríamos conseguir definir quem é a direção. Então teríamos uma secretaria de articulação em Brasília, que registraria comunicações, informações, etc, e a constituição de comitês de iniciativas em todas as cidades. Esse é o próximo passo que vamos dar.

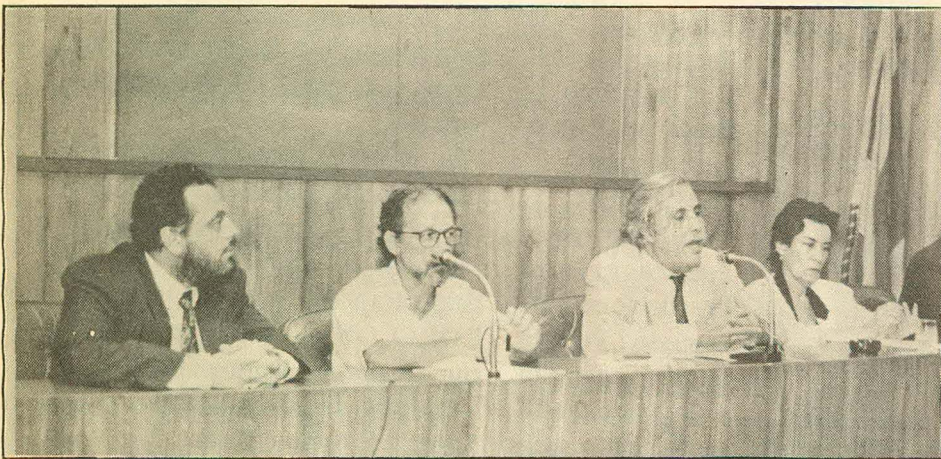
CORECON - Independente da ação do governo, a sociedade vai ter uma ação..

Betinho - Sim. Uma ação própria, autônoma. Se encontra com o governo, desencontra com o governo, apóia, desapóia, aplaude, critica... Se não desenvolvermos esta autonomia, a minha premissa fica morta. Porque a premissa é a seguinte: o governo tem condições de fazer, se for cobrado, se for empurrado, se for pressionado. Caso contrário, não.



"Nosso capitalismo é frio, arrogante e racista. Nossos empresários são muito cowboys".

IERJ e CORECON têm novos pr



José Márcio Camargo e Carlos Lessa (ao centro) recebem os novos presidentes do IERJ e do CORECON: Maria da Conceição Tavares e Maurício Buzanovsky (nas extremidades da mesa).

O auditório do Clube de Engenharia foi palco, no dia 4 de fevereiro, de uma dupla solenidade: a posse dos novos presidentes do Instituto dos Economistas do estado do Rio de Janeiro (IERJ) e do Conselho Regional de Economia - RJ (CORECON). De um lado, se despedem do cargo José Márcio Camargo, depois de dois anos à frente do IERJ, e Carlos Lessa, que ocupou a presidência do CORECON durante um ano. De outro, assumem as respectivas entidades Maria da Conceição Tavares e Maurício Buzanovsky.

Uma atenta e numerosa platéia ouviu os discursos de despedida de quem saía e as perspectivas dos que assumem agora o mandato. Lessa, que à frente do CORECON reforçou ainda mais o movimento de unificação das atividades da categoria no Rio de Janeiro, dando o passo inicial com a compra da "Casa do Economista", foi enfático ao comentar o papel do economista no cenário político e econômico do país.

"Espero que os ajustes institucionais feitos pelas entidades, o aperfeiçoamento dos nossos procedimentos de trabalho, permitam que o ano de 1993 seja ascendente no debate brasileiro", disse o ex-presidente do CORECON. Para Lessa, é fundamental que os economistas consigam recuperar a capacidade de discutir o longo prazo. Essa posição ficou clara em seu discurso de despedida. "A redução do economista a operador de política econômica compromete estrategicamente o destino do nosso conhecimento. Se não revertermos isso, o debate sobre a conjuntura nos devorará e, num limite, nos fará sinônimo de uma categoria fracassada", alertou.

Lessa exortou os economistas a "ter coragem de ir além da agenda imediatista e discutir o sonho", pois "pela vertente da discussão do sonho é possível captar realidades que podem estar esquecidas pela dramaticidade da conjuntura". Ele disse, ainda, que o país já dispõe de condições que o permitem enfrentar a inflação, não com a perspectiva de resultados rápidos e milagrosos, mas com a possibilidade de um ajuste que reverta as tendências vividas nos últimos dez anos. "Desejo aos novos presidentes do IERJ e CORECON a possibilidade de executarem aquilo que não conseguimos executar em nosso mandato. Regresso ao papel de militante que, com cabelos brancos, continuará mobilizado para este e outros debates sobre economia brasileira", despediu-se.

O adeus de José Márcio Camargo mesclou, como ele mesmo frisou, um traço de otimismo com outro de pessimismo. Um dos problemas destacados pelo ex-presidente do IERJ é a questão financeira do instituto. "É extremamente difícil manter hoje um instituto que sobreviva única e exclusivamente das contribuições de seus associados. Nós conseguimos isso. Porém, o futuro irá exigir um pouco mais de esforço nessa direção", disse.

A nota de otimismo ficou por conta da expectativa de Camargo de que se confirme o alerta anteriormente apresentado à platéia por Lessa. "A existência de um projeto nacional é extremamente importante. Sem esse projeto o país não consegue sair da crise em que está vivendo. É um processo lento, porque, em crise, é impossível se fazer qualquer coisa muito rápida, exceto ganhar dinheiro no mercado financeiro", acrescentou. Segundo Camar-

go, o IERJ conseguiu dar um pequeno salto nos dois últimos anos, ao mobilizar seus associados para esse tipo de discussão. Uma prova desse avanço é o fato de ter conseguido que a professora Maria da Conceição Tavares retornasse à presidência da entidade. Ele destacou, também, o fato de o país estar passando por um momento de transição econômica, política e social, com custos altos para todos, mas que deverá resultar em uma sociedade melhor.

"Esses momentos, em que se olha para o futuro e não se vê um projeto nacional a longo prazo, tende a levar ao desespero, a situações que, muitas vezes, podem chegar a um autoritarismo complicado. Por isso, o papel do IERJ, CORECON e outras entidades da sociedade civil é de grande importância. Acredito na necessidade de unir o trabalho das duas entidades, para a construção de uma sociedade mais justa", finalizou Camargo.

Maurício Buzanovsky, que estará à frente do CORECON até 1994, destacou o trabalho feito por seu antecessor na entidade. "Gostaria de dizer como é difícil substituir o professor Lessa na presidência do CORECON, pela dedicação, capacidade e entusiasmo que trouxe em sua administração no Conselho. Mas, justamente por causa dessa dedicação, me sinto à vontade ao assumir uma entidade tão bem estruturada como ele a está deixando".

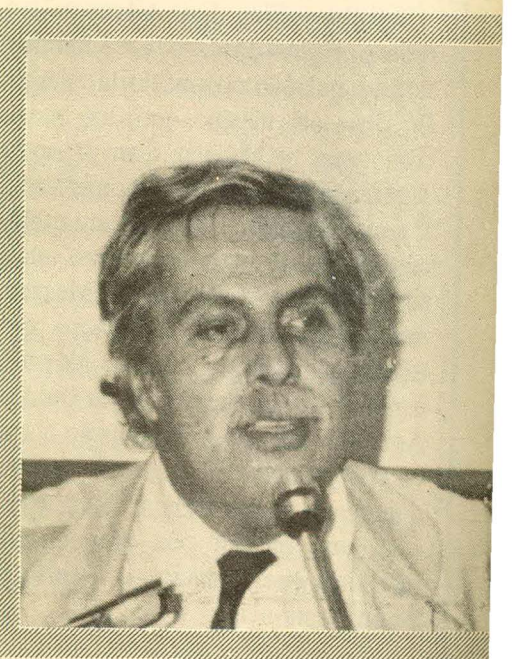
O presidente do CORECON lembrou que as entidades dos economistas do Rio estavam esquecidas desde a década de 80. O próprio projeto da "Casa do Economista", que serviria para unir as entidades, ficou abandonado durante algum tempo. "Agora, nessa última administração, conseguiu ser retomado. Isso demonstra o nosso interesse em recuperar um pouco de credibilidade e representatividade que perdemos ao longo desses anos", afirmou Buzanovsky.

O discurso mais longo e contundente foi o da nova presidente do IERJ. Maria da Conceição Tavares contestou a visão pessimista de Lessa e exaltou o trabalho do ex-presidente do CORECON na defesa da atividade dos economistas. "Lessa não pôs acento naquilo que é essencial à personalidade dele, e que não tem sido a minha nos últimos dois anos: ele é um homem de ação". Ela discordou, também, da possibilidade de se desenvolver um projeto nacional que mobilize a nação, neste momento da vida do país. Na página ao lado, um resumo do discurso de Maria da Conceição Tavares:



"É extremamente difícil manter hoje um instituto que sobreviva única e exclusivamente das contribuições de seus associados. Nós conseguimos isso."

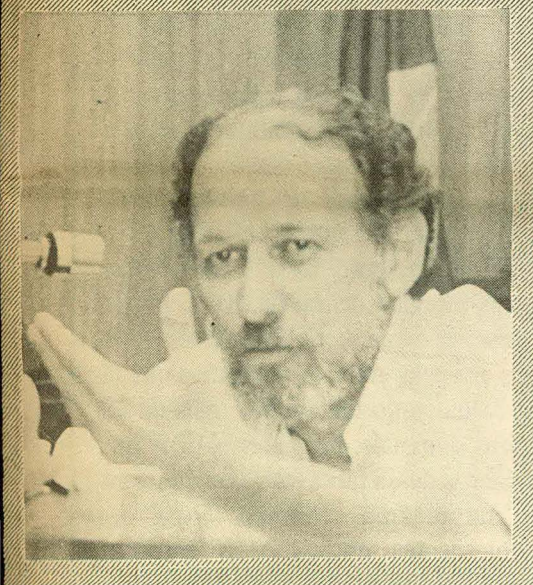
José Márcio Camargo



Presidentes

"É difícil substituir o professor Lessa. Mas, justamente por causa de sua dedicação, me sinto à vontade ao assumir uma entidade tão bem estruturada".

Maurício Buzanovsky



"A redução do economista a operador de política econômica compromete estrategicamente o destino do nosso conhecimento."

Carlos Lessa

"Esta é uma sociedade desvairadamente heterogênea. Somente as elites bem pensantes - que somos nós - podem imaginar que seja possível, nesta situação de pântano, formular um projeto que mobilize a nação. Os únicos projetos que eu conheço que mobilizam nações em condições de crise são a guerra ou os inimigos internos. Não queremos nenhuma, nem outro. Não vejo nenhuma graça que a sociedade em raiva se mobilize contra nordestinos, negros, contra os portugueses. Nós não temos mais inimigos número um. Não temos um super-ministro, nem um presidente autoritário e demente. Isso já passou.

Nós temos todas as razões, para um país nas condições sociais do nosso, de estar atentos para a capacidade de resistência pacífica e democrática que este povo tem demonstrado. Há todas as evidências, começando pelos políticos, de que este povo é capaz de produzir quadros novos. Estamos em um momento que deveria, ao contrário do que se imagina, ser de grande otimismo. Todos os países da América Latina entregaram tudo o que tinham de bom e quebraram a pouca indústria que tinham. Aqueles que não tinham colocaram seu povo na miséria.

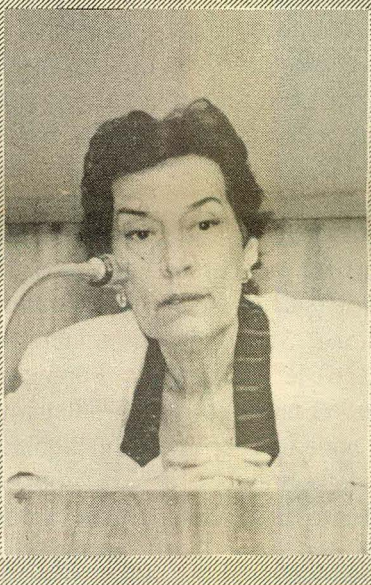
Estamos nos resolvendo em muitos níveis. Acabamos de ter eleições para prefeitura. Tiramos um presidente do poder. Nos últimos dez anos conseguimos manter um movimento sindical que levou um "proleta" a quase Presidente da República; uma "crioula" vinda do morro, quase ganha a prefeitura do Rio. E elegemos prefeitos bastante razoáveis. As coisas estão gravíssimas, mas que outro país deste continente resistiu como nós?

O que é preciso que a nossa profissão faça é ajudar a reinventar instituições democráticas de mercado. O nosso mercado é deficitário. O mercado financeiro funciona mal. Temos dinheiro aplicado com remuneração diária, o que nos torna sócios da inflação, tendo horror a ela. Perdemos o hábito, que era o que antes nos reunia - e levávamos a sério - do processo de discussão. Era mais fácil brigar, porque tínhamos a ditadura, um inimigo comum. Agora que vários dos nossos alunos, pelo menos meus, fizeram parte de governos, e também não conseguiram, evidentemente que desmoraliza o nosso sentimento de que tirando eles e indo nós a gente também não resolve. Mas sabemos o que convém saber, em termos de recuperação institucional deste país? Sabemos como estão atuando as várias prefeituras? O Lessa é um dos que mais

sabe. Nós devemos usá-lo como professor nosso. Para montar debates e nos falar sobre o que ele sabe.

Eu não sei o suficiente sobre previdência. Não sei o suficiente para propor uma reforma do mercado financeiro. Não sei o suficiente sobre como está atuando a agricultura nesse país. Sei razoavelmente como está atuando a indústria, porque é com isso que eu já trabalho há tempos e que estou atuando agora. Nós sabemos o que está sendo produzido em termos de conhecimento por gente que não freqüente o movimento, até mesmo porque o movimento está fraco mesmo. Mas as pessoas estão trabalhando. E nós já mapeamos o atual estado dos problemas brasileiros, e não como eles eram há dez anos? As instituições econômicas não formaram novos grupos de estudos, que levem as discussões para os escritórios, os sindicatos, as empresas.

As pessoas reclamam da imprensa, dizendo que ela mente e distorce. Mas isso acontece por que a imprensa não tem mais instituições de pesquisa que primeiro levantem os fatos e depois perguntem a opinião. A imprensa só pergunta a opinião.



"Não basta ter sonho, boa vontade, militância e desejo. Porque isso gerações atrás de gerações também tiveram".
Maria da Conceição Tavares

As condições objetivas é que temos reservas, superávit, o dólar está alto. Ao contrário de todos os nossos concorrentes da América Latina, a indústria microeconomicamente fez o ajuste. Foi feito o ajuste fiscal. Porcaria ou não, dá receita. Nós estamos com um déficit público grande. Então porque não melhorarmos nossa situação? Porque os interesses são contraditórios. Temos que inventar alguma maneira de lidar com esse problema, sem estourar as finanças do governo. Tal como está, o sistema cambial financeiro opera contra o Estado e contra o povo. Sendo assim, o Estado não vai investir. Se não investir, o setor privado também não vai investir.

Não basta ter sonho, boa vontade, militância e desejo. Porque isso gerações atrás de gerações também tiveram. Vamos agir de maneira mais eficiente e mais solta, quer dizer: vamos aceitar a incerteza, a necessidade de estar nela e de analisá-la.

Vamos mapear este país e vamos lutar, ponto por ponto, antes mesmo de ter um projeto. E vamos formando, ao longo do debate, uma consciência de luta, que depois brigará ideologicamente, para vendê-la a outros grupos. É assim que se faz. O PT está agora apresentando um projeto de combate à fome. Vamos discutir esse projeto, ouvir os nossos colegas que trabalham com estudos nessa área. Vamos comparar nosso projeto com o deles. Não basta que a militância de um partido, de um instituto ou de um CORECON, ou qualquer militância parcial, tenha consciência dos problemas e aponte soluções. Tem mídia, tem imprensa. Temos que trabalhar melhor com a imprensa. Temos que ajudar os jovens jornalistas a virarem jornalistas de economia.

Não temos inimigos públicos número um. Quando a sociedade é sócia da inflação, fica difícil se fazer algo. Somos um país de bacharéis, onde uma lei contradiz a outra. Se não refizermos as instituições - e este é o preço da ditadura - não teremos chances.

Quais são as mudanças que julgamos essenciais? O que é prioritário hoje? Não sabemos, porque não temos discussões,

não temos instituições. Não adianta falar que se quer educação, saúde, preços baixos. Temos que querer tudo isso, e não pode virar tabu, não se pode acusar de populismo o controle de preços. A imprensa veiculou essa patetada, essa onda vagabunda de neoliberalismo que já está passando. Nós é que somos um pouquinho provincianos e não percebemos isso. Isso não cola nos EUA, na Europa. Na Europa o que está acontecendo é protecionismo, estado

forte, defesa. Uma coisa até bastante conservadora, mas nada liberal.

Nós caminhamos muito longe numa direção torta. Criamos mecanismos de adaptação muito perversos. Podemos resistir e caminhar para frente, destituindo alguns mecanismos e criando outros? Recriar uma nação para que seu povo possa existir não é uma tarefa simples. Para nós, é a primeira vez na história que tem um povo que quer ser povo e nação. É a primeira vez em que as elites podem explorá-lo, mas não podem dizer que querem isso. E esses são os frutos bons de uma resistência à ditadura. Quem sabe agora, com todo o cansaço, não está na hora em que é possível fazer as coisas. Nós chegamos num limite do processo financeiro e econômico. Ele não é mais útil. Está no seu limite. Temos que parar com o desânimo. O que peço aos meus colegas é ação."

Que pobreza!

José Márcio Camargo *

Aproximadamente um terço da população brasileira vive hoje abaixo da linha de pobreza. Ou seja, cerca de 50 milhões de pessoas não recebem renda suficiente para atender suas necessidades básicas de sobrevivência física. Durante os últimos cinquenta anos, a proporção de pobres pouco ou nada mudou. Seu número absoluto cresceu enormemente, pois o total da população também cresceu.

Porém, ao contrário do que ocorria no passado, hoje os pobres estão concentrados nas grandes cidades do país, e nas grandes regiões rurais do Norte e do Nordeste. A urbanização da pobreza mudou drasticamente o caráter do problema. No campo, os pobres serviam aos "coronéis" como "pau pra toda obra". Na cidade, se transformaram em párias da sociedade. Violência urbana, epidemias de difícil controle, meninos de rua, desorganização familiar e urbana são alguns dos resultados que o país conseguiu atingir com esse processo.

Ao longo deste período, todos os nossos políticos, de todos os partidos, adotaram uma retórica na qual o combate à miséria sempre tem prioridade. Neste contexto, fica difícil entender porque um país que conseguiu se industrializar e se modernizar de forma tão rápida, não conseguiu minorar um problema tão básico.

Uma primeira possibilidade é que a solução do problema seja tão cara que é impossível resolvê-lo sem antes aumentar a renda total da economia. Porém, os dados mostram que isso não é verdadeiro. O Brasil gasta hoje com programas de compensação pela pobreza cerca de 2% do PIB a cada ano. Por outro lado, estimativas têm mostrado que seria necessário eliminar 3,5% da renda dos não-pobres das regiões metropolitanas do país para eliminar totalmente a pobreza nessas regiões. Ou seja: se fosse possível que todos os meses, os não-pobres dessem 3,5% de sua renda para os pobres, todos passariam a ter renda acima da linha de

pobreza. Por que então a pobreza não diminui?

O primeiro problema é que os programas de compensação pela pobreza (LBA, programa de cestas básicas, programa do leite, etc...) são a moeda do clientelismo político no Brasil. De cada cruzeiro que é aplicado nesses programas, mais de 70% não chegam aos pobres. Ficam na burocracia governamental, ou favorecem mais as empresas que vendem os produtos para o governo do que os pobres, ou são desviados de forma indevida pelos políticos que os administram para obter votos na próxima eleição. Acabam sendo programas caros e ineficientes.

O segundo problema importante é estrutural. O Brasil tem uma das distribuições de propriedade de terra mais desiguais do mundo. Em 1980, 0,9% das propriedades rurais que tinham mais de 1000 hectares correspondiam a 45,8% da área do país. No outro extremo, 36,7% das propriedades com menos de 5 hectares tinham 1,1% da área. O tamanho da propriedade, em si, pode não ser um importante gerador de pobreza, se a terra for devidamente utilizada. Entretanto, este não é o caso. Dos 45,8% da área das propriedades com mais de 1000 hectares, cerca de 72,5% não estavam sendo utilizados em 1980, sendo que apenas 4,5% desta área eram cultivados. No outro extremo, as propriedades com menos de 10 hectares utilizavam 90% de sua área, sendo 65% com plantações.

Como a terra da grande propriedade é pouco utilizada - e quando o é, é como pastagens (23%) e não como plantações -, o emprego no setor rural brasileiro está concentrado nas pequenas fazendas. Cerca de 80% dos trabalhadores rurais estão empregados nas fazendas de até 100 hectares, enquanto as fazendas com mais de 1000 hectares empregam apenas 4% dos trabalhadores (dados do censo de 1980).

A produtividade na agricultura

brasileira é bastante baixa. Sua contribuição para o PIB do país é de 10%, enquanto em países com renda *per capita* similar, esta contribuição é, em média, o dobro. Isto apesar dos enormes volumes de subsídios fiscais e créditos concedidos à agricultura pelo governo. O setor agrícola contribui apenas com 1% da receita tributária do país. Ou seja: a agricultura do país é cara, ociosa e pouco produtiva.

Aumentar a produtividade agrícola e colocar as terras ociosas para produzir teria um efeito importante no sentido de reduzir o preço dos alimentos, aumentar o emprego rural e, conseqüentemente, diminuir a pobreza. Uma reforma agrária que tenha estes objetivos, que pode ser realizada através de drásticas mudanças no sistema tributário e de crédito, e não necessariamente através de desapropriações, é um instrumento importante para atacar estruturalmente a questão da pobreza.

Porém, um aspecto que torna o problema extremamente grave e de difícil solução é que, com a urbanização da pobreza, a ineficiência dos programas para combatê-la e a profunda heterogeneidade da economia brasileira, criou-se um ciclo vicioso de pobreza que, se não for quebrado imediatamente, comprometerá sua solução para a próxima geração, pelo menos.

O acelerado crescimento e a industrialização das últimas décadas geraram uma importante dicotomia na economia brasileira. De um lado temos aqueles setores geradores de empregos altamente produtivos, com possibilidades de ascensão profissional e de renda para os trabalhadores. São empregos que exigem escolarização, qualificação e treinamento dos trabalhadores que os ocupam; de outro lado, existem aqueles setores que geram empregos de baixa produtividade, com baixos salários e sem qualquer possibilidade de ascensão

profissional. Para estes empregos, qualquer qualificação não tem importância.

O problema é que, dados os elevados níveis de pobreza e a qualidade do sistema educacional, as crianças pobres brasileiras entram muito cedo no mercado de trabalho, pois necessitam ajudar os pais a obter uma renda suficiente para a sobrevivência física da família. Alguns dados estatísticos (Indicadores Sociais - IBGE) nos ajudarão a visualizar melhor este fenômeno:

Em 1988, cerca de 30% das crianças com idades entre 10 e 14 anos, nascidas em famílias com renda *per capita* mensal de até um quarto do salário mínimo, já estavam trabalhando. E nas famílias com renda *per capita* entre um quarto e meio salário mínimo, 20% das crianças de mesma idade também já trabalhavam. Para os adolescentes entre 15 e 17 anos, estas taxas estavam acima de 50%. Ainda mais importante: no Nordeste, 42% das crianças entre 10 e 14 anos que já trabalhavam o faziam por mais de 40 horas semanais; no Sudeste, 60% das crianças dessa faixa etária encontram-se na mesma situação. Para os adolescentes entre 15 e 17 anos, as taxas são de 66,8% e 83,7% para o Nordeste e Sudeste, respectivamente.

Apesar de trabalharem mais de 40 horas por semana, 70% das crianças estão empregadas sem carteira assinada, e 81% delas têm renda igual ou menor a um salário mínimo por mês. Portanto, as crianças brasileiras pobres começam a trabalhar muito cedo, o fazem em tempo integral e ganham uma remuneração extremamente baixa. Se trabalham muito e ganham pouco, por que trabalham?

O problema é que, apesar de ganharem pouco, estas crianças contribuem de forma decisiva: 15% das crianças que trabalham, com idades entre 10 e 14 anos, contribuem com mais de 30% da renda nas famílias que recebem até um quarto do salário

mínimo *per capita*. E a porcentagem de adolescentes, com idade entre 15 e 17 anos, que contribuíam com mais de 30% da renda familiar neste grupo de famílias era próxima a 30%.

Ou seja: as crianças e adolescentes das famílias pobres brasileiras ganham pouco, mas sua renda e de fundamental importância para manter a família. Como resultado elas têm pouco tempo para se dedicar à escola, têm elevadas taxas de repetência e acabam largando os estudos muito cedo. A taxa média de repetência na primeira série do primeiro grau no Brasil é de 25%, enquanto a taxa de evasão nesta série atinge 15%, chegando a 20% das crianças na quinta série.

Como as famílias estão preocupadas em sobreviver no curto prazo não podem se dar ao luxo de investir em suas crianças, deixando-as na escola. Sem investimento, as crianças não conseguem se qualificar. Como entram no mercado de trabalho com baixa qualificação, conseguem empregos de baixa produtividade, sem possibilidades de ascensão profissional e baixos salários. Ganham relativamente bem, se com-

paradas com seus pais. Contribuem para a sobrevivência da família no presente, mas serão pobres no futuro. Está fechado o ciclo da pobreza: os pobres de hoje geram os pobres de amanhã.

Note-se que, apesar de a questão da qualidade da educação oferecida no Brasil ser muito importante, o argumento acima sugere que melhorias de qualidade, por si só, não serão suficientes para segurar as crianças pobres na escola. Na verdade, as escolas que, devido ao aumento de qualidade, exigem mais tempo das crianças, poderão levar a uma maior evasão, pois estas precisam estar no mercado de trabalho contribuindo para a sobrevivência da família. A melhoria da qualidade é importante para que as

famílias sintam necessidade de manter seus filhos na escola, mas é necessário também compensá-las pelo tempo despendido por elas estudando.

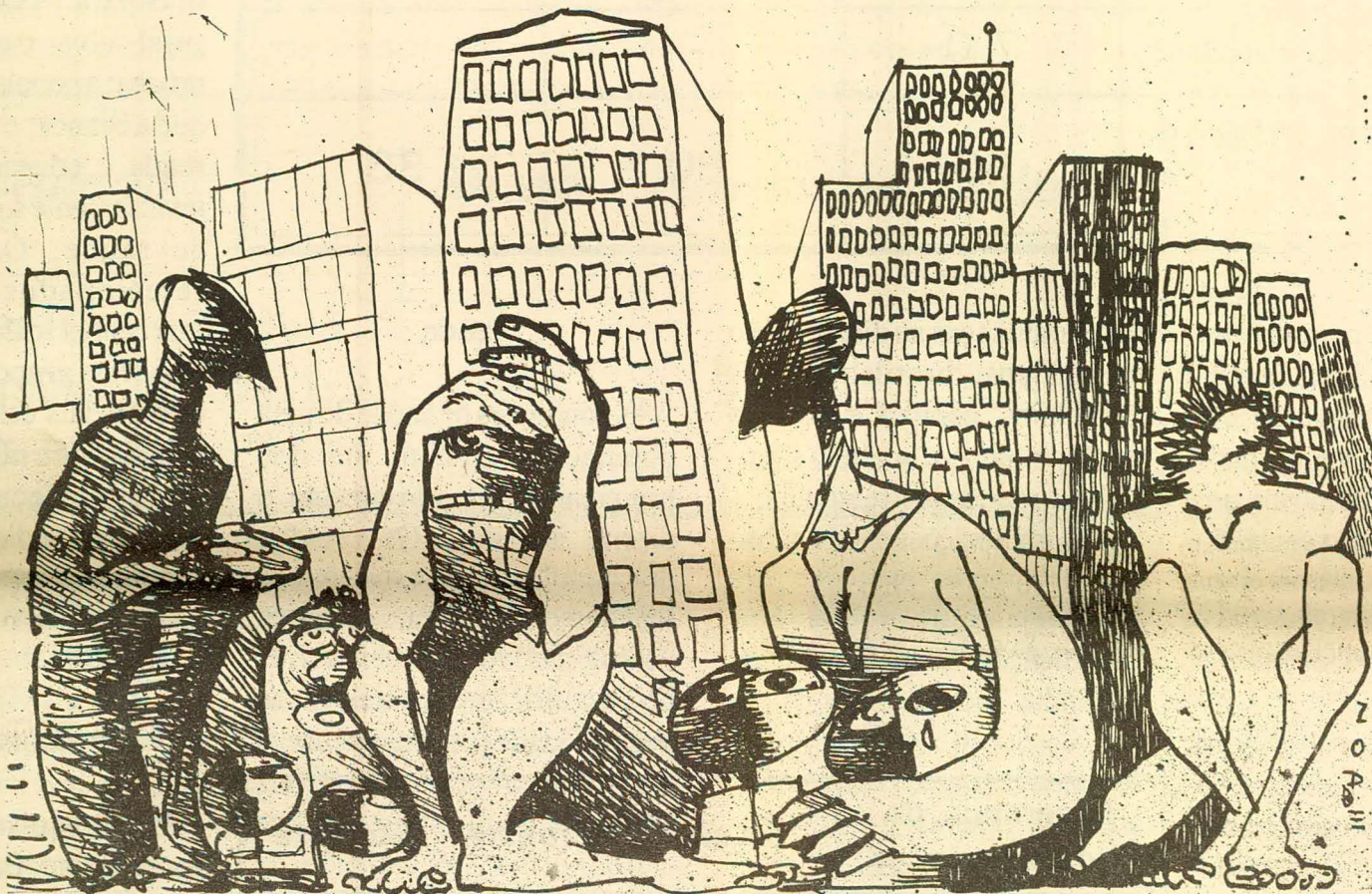
Estas observações sugerem que, se efetivamente desejamos manter nossas crianças mais tempo na escola, precisamos desenhar um programa que rompa com o ciclo apontado acima. Nos parágrafos seguintes apresentamos uma sugestão que pode atingir este objetivo. O programa é simples e de implementação relativamente fácil, apesar de caro.

Pelo programa, o governo pagaria, por exemplo, US\$ 100 por mês (US\$

Um programa como este custaria, só com o volume de transferência a ser realizado, US\$ 18 bilhões, ou seja, aproximadamente 4,5% do PIB. Suponha-se que o custo de administração do programa seja de 2% do PIB - dada a simplicidade da proposta, acreditamos que este valor está superestimado. O custo total do programa seria 6,5% do PIB, o que é bastante elevado. Entretanto, este programa poderá substituir todos os outros programas de compensação pela pobreza (LBA, cestas básicas, etc) que consomem 2% do PIB, e os incentivos fiscais para as regiões pobres, que

Um programa como este teria várias vantagens em relação às atuais políticas compensatórias. Primeiro, acaba com o clientelismo e o uso burocrático dos programas hoje existentes. As famílias se registram e recebem seus cheques através das escolas. Segundo, além de minorar o problema da pobreza no presente, investe no futuro. Se for bem sucedido, ele se auto-destrói. Terceiro, atinge diretamente o pobre, sem a intermediação dos não-pobres que mais lucram com os atuais esquemas de compensação. Finalmente, como subproduto, aumenta de forma significativa o nível de educação e qualificação da força de trabalho do país.

Para ser efetivamente implementado, estudos mais cuidadosos precisariam ser realizados, pois este programa geraria uma importante transferência de renda na economia, em um espaço de tempo muito curto, com efeitos macroeconômicos importantes. Mudanças na estrutura de demanda, tanto em termos de produto quanto de regiões, ocorreriam e isto precisaria ser avaliado com cuidado. Talvez fosse interessante fazer um cronograma de im-



1.200 por ano), a cada família, para que ela coloque todos os seus filhos que tenham entre 5 e 18 anos na escola pública. Ser escola pública é importante pois, com isto, evitamos que os não-pobres se beneficiem do programa. Suponha-se que 15 milhões de famílias sejam favorecidas, o que representaria quase metade da população brasileira: note-se que, apesar do baixo valor do subsídio, este provavelmente será maior que a contribuição que a maioria dos adolescentes e crianças pobres conseguem dar a suas famílias através do trabalho. Com isto, temos dois efeitos: por um lado, reduz-se a pressão para que a criança trabalhe; por outro incentiva-se as famílias a manterem todos os seus filhos nas escolas públicas até os 20 anos.

consumem mais 2% do PIB, pois o incentivo à produção nestas regiões seria gerado diretamente pelo aumento de demanda dos pobres. Portanto, sobram 2,5% do PIB para serem financiados.

A carga tributária no Brasil é, hoje, 22% do PIB, sendo 11% de impostos diretos. Como o importante é transferir renda dos não-pobres para os pobres, o aumento de carga tributária deve recair principalmente sobre os impostos diretos. Portanto, para financiar o programa, seria necessário aumentar a carga de impostos diretos (imposto de renda, sobre propriedade, etc.) em 22%. Certamente um custo não muito elevado para resolver-se, acreditamos definitivamente, o problema da pobreza.

plementação, começando pelas regiões mais pobres e caminhar, paulatinamente, para as regiões mais ricas, do campo para a cidade, etc. Os custos precisariam ser calculados com mais cuidado, pois o que fizemos acima foi um exercício primário e pouco cuidadoso, o mesmo ocorrendo com a estratégia de implementação

Porém, o que a proposta mostra é que a questão da pobreza tem solução, desde que estejamos dispostos a investir na população do país. A pergunta que fica é: quanto a sociedade brasileira - ou talvez devamos perguntar aos não-pobres desta sociedade - está disposta a gastar para eliminar definitivamente a pobreza?

* professor de economia da PUC/RJ

Os Indicadores Sociais

Tereza Cristina N. Araújo
Diretora de Pesquisas - IBGE

Saúde	Brasil	Nordeste	Sudeste
taxa de mortalidade	7,0	-	-
mortalidade infantil (1/1000)	50	80	36

O IBGE está preparando um Relatório de Indicadores Sociais que incluirá textos analíticos e indicadores sócio-demográficos e econômicos que traçam um panorama da situação social do país. O Relatório terá dois eixos centrais de análise: a Pobreza e Desigualdade e a Cidadania e Participação.

As análises desenvolvidas levam em conta o contexto da crise e ajuste, assim como seus efeitos sobre a sociedade brasileira, demarcando-se os seus reflexos sobre as condições de vida de grupos sociais específicos.

Observa-se na década um incremento expressivo da organização da sociedade em sindicatos, partidos e movimentos sociais, propiciando o surgimento de uma maior pluralidade ideológica, a emergência de novos atores políticos e a expressão articulada de novas demandas sociais.

Os resultados iniciais do Censo Demográfico de 1991 permitem apontar as impor-

tantes mudanças na distribuição populacional brasileira pelos municípios, capitais e Regiões Metropolitanas e também significativos rearranjos regionais.

Estas informações devem subsidiar as propostas em curso para o planejamento social e a identificação mais precisa de demandas sociais.

Saúde

As condições de saúde de uma população refletem um dos principais direitos do cidadão: o direito à saúde. Os estudos demográficos e epidemiológicos têm demonstrado que os riscos de engravidar, adoecer, sofrer de desnutrição e morrer, ou as possibilidades de prevenir e

Esperança de vida ao nascer	Brasil	Nordeste	Sudeste
urbano	67,33	59,79	68,76
rural	59,95	54,56	69,48
homens	63,74	54,18	66,06
mulheres	70,34	60,39	73,42
c/renda de até 1/4 s. mínimo	58,4	-	-
mais de 2 s. mínimos	68,9	-	-
filhos de mães c\ até 1 ano de estudo	53,6	-	-
filhos de mães com 8 anos ou mais	70,5	-	-

tratar as doenças se distribuem desigualmente entre a população brasileira. Assim, a população rural vive menos do que a urbana; a população negra menos que a branca; e as diferenças de renda e educação refletem-se intensamente sobre as condições de saúde. Os indicadores selecionados demonstram marcantes diferenciais entre regiões e grupos sociais. Estes diferenciais estão associados à baixa renda e nível de educação, taxas de fecundidade mais elevadas, condições de trabalho, habitação e saneamento, transporte e alimentação não adequados.

Saneamento Básico

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE no final de 1989, pesquisou em cada município, através de prefeituras, órgãos públicos e privados, dados sobre Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Coleta de Lixo.

Os indicadores apresentados apontam para a precariedade dos serviços vigentes nos municípios, especialmente no que se refere à quase ausência de tratamento de esgoto e do lixo coletados.

Esta situação consiste um risco, pelos prejuízos que pode acarretar à saúde da população,

através da transmissão de doenças ou contaminação por substâncias tóxicas. Acarreta ainda grande impacto sobre os assentamentos humanos, sob a forma de acidentes como inundações, deslizamentos de terras, poluição das águas e forte impacto em termos de degradação ambiental.

Educação e trabalho de crianças e adolescentes

A participação de crianças e adolescentes (10 a 17 anos) no mercado de trabalho continua

Analfabetismo	Brasil
10 a 14 anos - até 1/2 salário mínimo	29,1
10 a 14 anos - mais de 2 salários mínimos	1,1
15 a 17 anos - até 1/2 salário mínimo	21,4
15 a 17 anos - mais de 2 salários mínimos	1,3

adolescentes na década de 80, é que houve alguns ganhos no que se refere à saúde, nutrição e à frequência à escola. Entretanto, os indicadores apontam para uma situação em que há uma

Trabalho e rendimento

Os indicadores selecionados (PNAD79 e 90- Deren - DPE - IBGE) apontam para algumas

rendimento e o aumento da concentração de rendimento.

Comentários

Os resultados da Sinopse do X Censo Demográfico realizado em 1 de Setembro de 1991 mostraram que a população brasileira atingiu um total de 146 917 459 habitantes.

O Censo de 1991 revela a continuidade do processo de concentração populacional nas áreas urbanas. No período 1980-1991 houve um aumento de 30.4 milhões de habitantes urbanos e a taxa de urbanização passa de 67.57%, em 1980, para 75.47%, em 1991. Esse incremento é basicamente consequência do próprio crescimento vegetativo das áreas urbanas, da migração com destino urbano e da incorporação de áreas que em 1980 eram consideradas rurais.

Embora possua um nível de urbanização relativamente baixo em 1991, foi na Região Nordeste que se verificou o mais significativo aumento na proporção de população urbana, 20.17%, passando de 50.46% a 60.64% ao longo de 11 anos. Contudo, é a Região Sudeste que mantém a primazia com uma taxa superior a 88%.

Renda	Brasil	Nordeste	Sudeste
Crianças (0 a 17) com renda familiar de até 1/2 salário mínimo (%)	53,5	77,5	38,5

intensa. Eram 7,5 milhões em 1990, representando 11,6% das pessoas ocupadas (PNAD/DEREN/DPE/IBGE).

Mesmo se comparadas às de outros países pobres, as taxas de atividade das crianças brasileiras são relativamente altas. Dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT (que lançou um importante programa de eliminação do trabalho infantil a nível mundial e inclusive no Brasil) - revelam que em meados dos anos 80, para as crianças brasileiras esta taxa se situava em torno de 18%, nível superior ao observado em países como a Indonésia (11,1%), Marrocos (14,3%), Honduras (14,7%); e inferior ao Paraguai e (19,4%) e Haiti (24,4%). O que se constata ao analisar as condições de vida de crianças e

intensa exploração da mão-de-obra infantil, com o não cumprimento da legislação trabalhista. A sociedade brasileira está longe de alcançar um padrão de bem estar social compatível com seus indicadores econômicos, mantendo presentes os diversos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

das mudanças ocorridas no perfil de trabalho e rendimento ao longo da década de 80. Entre estas destacamos a intensificação dos processos de urbanização e tercerização da economia, o aumento das taxas de atividade (sobretudo das mulheres), da redução do nível de contribuição à Previdência, a deterioração dos níveis de

Trabalho Infantil (10 a 17anos)	Brasil (%)
atividades não-agrícolas	59,9
inserção como empregados	62,4
com carteira assinada	25,6
mais de 40h semanais	65,1
até um salário mínimo	86,2

A CASA DO ECONOMISTA

Voltamos ao tema não só por julgarmos ser nossa responsabilidade manter a categoria informada quanto ao andamento do projeto, mas principalmente por acreditarmos que, sem o envolvimento coletivo, de pouco vale sua materialização.

A comissão indicada por nossos três órgãos representativos - CORECON, IERJ e SINDECON - já manteve contatos com escritórios de arquitetura objetivando criar as primeiras alternativas de uso do espaço.

Pretende-se construir no prédio adquirido, preservando-se sua fachada histórica, além das dependências administrativas das entidades, um salão de eventos, auditório, salas de aula, biblioteca, assim como área com bar, salão de jogos e outras opções de lazer. Imagina-se ainda instalar, ao nível da rua, um conjunto de lojas ligadas a nossa atividade profissional como, de equipamentos e software, livraria especializada, etc.

Espera-se com isso que a Casa, quando pronta, transforme-se num ponto de encontro dos economistas fluminenses que terão ao seu dispor não só um local de serviços, um ambiente adequado ao convívio e à realização de eventos culturais como também um fórum permanentemente aberto para o debate de temas de interesse profissional e o exercício da cidadania.

Não temos dúvida de que a Casa do Economista permitirá a maior integração da categoria e desta com a comunidade. As conferências, seminários, cursos e toda a gama de programações que hoje realizamos poderão ser intensificadas e abertas a um público mais amplo.

Bem mais que um prédio, estamos iniciando a construção de um espaço onde, em articulação com o conjunto da sociedade, poderemos desenvolver plenamente os compromissos do Movimento de Renovação dos Economistas em defesa da democracia e da justiça social.

É uma proposta ousada que, para ser realizada, necessita do trabalho criativo e realista, do planejamento consistente, da cuidadosa gestão dos recursos existentes e acima de tudo, da participação e motivação de todos os economistas do Estado.

I N F O R M E
CORECON

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

